

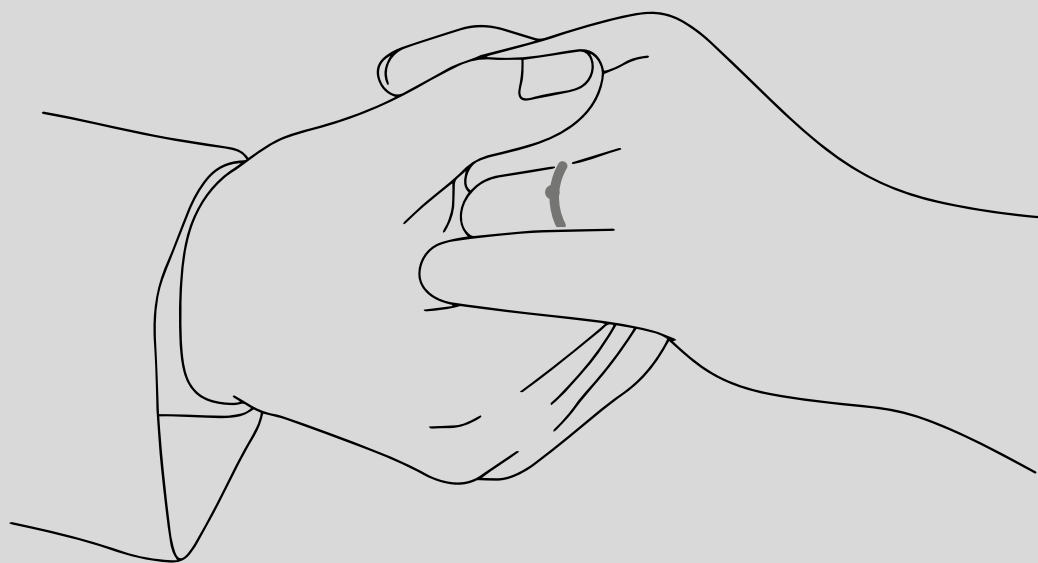


DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE RORAIMA



ESDEP-RR  
ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

# UNIÃO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL



Esta cartilha foi produzida pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima, em colaboração com os(as) membros(as) e servidores(as) abaixo:

**Diretor(a)-Geral da ESDEP:**

2023/2024 - Dr<sup>a</sup> Lenir Rodrigues.

2025 - Dr. Frederico Cesar Leão Encarnação.

2025 - Dra. Beatriz Dufflis Fernandes.

**Coordenador-Geral da ESDEP:** Prof. Dr. Vilmar Antônio da Silva

**Coordenadora do Projeto:** Dr<sup>a</sup> Christianne Gonzalez Leite.

**Texto:** Dr<sup>a</sup> Alessandra Andrea Miglioranza e Dr<sup>a</sup> Emira Latife L. Salomão Reis.

**Revisão de texto:** Equipe da ESDEP.

**Arte e diagramação:** Leticia Damasceno Oliveira - Equipe da ESDEP.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA**

<https://defensoria.rr.def.br/>

Telefone: 55 95 98419-5274 no WhatsApp.

**ESDEP - Escola Superior da Defensoria Pública de Roraima**

**Endereço:** Rua Coronel Pinto, 48, Centro, Boa Vista – RR.

**E-mail:** esdep@rr.def.br

**Site da ESDEP:** <http://escolasuperior.rr.def.br/>

**Telefone:** (95) 2121-0286

## **Preciso de um contrato para estabelecer minha união estável?**

Não é necessário contrato escrito para que seja reconhecida a união estável. A Lei assegura o direito de ser feito um documento, em cartório, caso seja a vontade de ambos, a fim de demonstrar a relação perante terceiros e também para escolher um dos regimes de bens sobre o patrimônio que vierem a adquirir.

## **Quais são os direitos e deveres das pessoas que vivem em união estável?**

A união estável é reconhecida como entidade familiar, assim como o casamento. Por isso, garante às partes os mesmos direitos e deveres previstos no casamento (ou seja, fidelidade recíproca; vida em comum; mútua assistência; sustento, guarda e educação dos filhos; e respeito e consideração mútuos).



## **É possível que uma pessoa em união estável adote o sobrenome do seu parceiro (ou parceira)?**

Sim, desde que faça um documento de união estável no cartório e manifeste seu desejo de acrescentar o nome do companheiro.

## **Como faço para provar minha união estável?**

Se não há um contrato entre as partes que prove a união estável, devem ser utilizados outros meios para comprovar, tanto a existência da relação, quanto o seu tempo de duração (seja em dissolução ou não). Nos processos judiciais, podem ser juntadas fotos, documentos que demonstrem o convivente como dependente (imposto de renda e planos de saúde), contas bancárias conjuntas, viagens, notas fiscais, declarações de terceiros, etc., bem como prova testemunhal.

## **Tenho direito à herança na união estável?**

Sim. Cônjuges e companheiros são equiparados para fins de sucessão. Portanto, não há diferença entre ser casado ou ter uma união estável para efeitos de herança.

## **Os regimes de bens do casamento podem ser utilizados na união estável?**

Sim, a Lei prevê que se escolha um dentre os regimes de bens existentes no casamento.



## **Tenho direito a receber pensão alimentícia do meu (minha) ex-convivente?**

Depende. Não é um direito concedido automaticamente. Se for demonstrada a dependência econômica criada durante a relação e de forma consentida, então aquele que tem renda poderá ser obrigado a auxiliar o outro por algum tempo, até que consiga se restabelecer.

Pensão vitalícia para ex-convivente ou ex-esposo apenas tem sido fixada na Justiça quando envolvem pessoas idosas que ficaram juntas ao longo de toda a vida, sendo que a renda de um foi conquistada com renúncias e esforços dos dois.

## **Vivo em união estável e desejo formalizar o casamento com meu companheiro. Há possibilidade?**

Sim, existe a possibilidade de os conviventes converterem a união estável em casamento. É recomendável, porém, reconhecer formalmente esse período que antecedeu ao casamento, principalmente quando tiver ocorrido aquisições de bens no referido período.



## **Se eu não fizer um contrato de união estável, estabelecendo um regime de bens, como fica a partilha dos bens na separação?**

A regra geral é que, quando não há contrato escrito, o regime de bens será o da comunhão parcial, igual como acontece no casamento civil sem pacto antenupcial. Nesse formato, os envolvidos partilham os bens adquiridos durante a relação, mas ficam de fora as heranças e doações individualmente recebidas.

## **É possível reconhecer a União Estável depois da morte?**

Sim. Caso algum benefício tenha sido negado à companheira em razão da falta de comprovação da União Estável, ela poderá ajuizar ação de reconhecimento de união estável *post mortem* contra os herdeiros do falecido.

## **É possível o reconhecimento de união estável homoafetiva?**

Sim, é totalmente possível o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo.